



ACÓRDÃO Nº931/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 10922/2015.

Apensos: Processo nº 11212/2014.

2- Assunto: Embargos de Declaração

3- Embargante: João Ocivaldo Batista de Amorim

4- Advogado: Tayanna Bahia Costa - OAB/AM 7.656 e Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331

5- Procurador oficiante do processo: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.

6- Relator: Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Embargos de Declaração.

Conhecimento. Provimento Parcial. Ciência.

7- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, III, alínea “f”, item 1, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento oral do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

7.1. Conhecer os presentes **Embargos de Declaração**, interposto pelo Senhor **João Ocivaldo Batista de Amorim**, Prefeito e Ordenador de Despesas da Prefeitura Municipal de Canutama, exercício 2014, pela competência prevista no art. 1º, XXI, e art. 64, ambos da Lei n.º 2.423/1996 c/c o art. 11, III, “f”, 1, art. 148, § 2º, e art. 149, *caput*, todos da Resolução n.º 4/2002 – TCE/AM.

7.2. Dar Provimento Parcial aos **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO** interposto pelo **Sr João Ocivaldo Batista de Amorim**, Prefeito e Ordenador de Despesas da Prefeitura Municipal de Canutama, exercício 2014, para tão somente retificar o ITEM 9.2 do ACÓRDÃO Nº 38/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO, às fls. 3408/3412, qual passará a constar da seguinte redação:

2.2. APLICAR MULTA ao Senhor **João Ocivaldo Batista de Amorim**, Prefeito e Ordenador de Despesas da Prefeitura Municipal de Canutama, exercício 2014, no valor de **R\$ 10.951,00** que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - **FACE**, pelo cometimento das



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº931/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

impropriedades listadas nos **ITENS 5.1, 5.2, 5.3, 5.4, 5.5, 5.6, 5.7, 5.8, 5.9, 5.10, 5.11, 5.12 e 19** do Relatório/Voto, pelo conjunto da obra, conforme estabelece o art. 53, § Único, c/c o art. 54, caput, § 2º, da Lei nº 2.423/96, e o artigo 308, inciso VI, do Regimento Interno (Resolução TCE nº 04/2002), inciso acrescentado pelo artigo 2º, da Resolução nº 25, de 30 de agosto de 2012.

7.3. Dar ciência ao Sr João Ocivaldo Batista de Amorim, Prefeito e Ordenador de Despesas da Prefeitura Municipal de Canutama, exercício 2014, por intermédio de seus advogados constituídos, do teor da Decisão.

8- Ata: 43ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

9- Data da Sessão: 18 de Dezembro de 2018

10- Especificação do quórum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

11- Representante do Ministério Público: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral